

1/10/2018

Uber e Cabify

Lei para transporte de passageiros em veículos descaracterizados finalizada em fevereiro

O presidente da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, Hélder Amaral, adiantou que no final de fevereiro poderá haver já uma lei redigida.

As audições a várias instituições terminaram hoje e contaram com a presença do secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes.

Foram ouvidos responsáveis da Deco – Defesa do Consumidor, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, da Autoridade da Concorrência e do Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

“Faltam agora algumas sugestões escritas que vamos apontar para chegarem até à primeira semana de fevereiro, uma vez que as propostas não foram todas apresentadas aquando do projeto de lei do Governo”, disse Hélder Amaral, em declarações à Transportes em Revista.

À saída da audiência, o secretário de Estado Adjunto também se mostrou satisfeito com o andamento do processo, reconhecendo que está agora em *“velocidade cruzeiro”*.

“Se estará ou não concluído em fevereiro não sei, mas o presidente da comissão disse ser provável. Agora não é de mim que depende, mas sim da agenda dos deputados”, explicou José Mendes.

Questionado acerca das multas aplicadas para já no âmbito da lei 35/2016, que reforçou as medidas dissuasoras de atividade ilegal no mercado de transporte de táxi, José Mendes adiantou *“não ter o levantamento feito até hoje”, mas indicou que “a associação dos prestadores dos serviços das plataformas referiu, recentemente, 900 contraordenações até ao momento, num total de quatro milhões de euros”*.

“Quando se diz que as multas não estão a ser aplicadas às plataformas [Uber ou Cabify] é porque estão a incidir sobre os operadores, eles é que são os prestadores [do serviço de transporte], são eles que são parados na estrada, é só isso. Não se está aqui a fazer proteção a nenhuma multinacional. É factual, está a acontecer de facto”, frisou.

Por: Sara Pelicano

Fonte: